

SIGLAS E ABREVIATURAS	25
-----------------------------	----

Capítulo i

A TEORIA DOS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	29
1. Panorama histórico dos precedentes do stf: do império aos dias atuais.....	29
2. Precedentes obrigatórios do stf: ratio decidendi	32
2.1. Visão geral: precedentes obrigatórios e persuasivos	32
2.2. Repercussão geral no recurso extraordinário. Recursos extraordinários repetitivos.....	37
2.2.1. Equivalência entre repercussão geral e recursos extraordinários repetitivos.....	37
2.2.2. Significado, competência e procedimento da repercussão geral.	38
2.2.3. Suspensão dos processos	40
2.2.4. Efeitos do julgamento.....	43
2.3. Ações de controle concentrado de constitucionalidade: abrangência	45
2.3.1. Mandado de injunção.....	46
2.3.2. Representação interventiva	50
2.4. Súmulas do stf em matéria constitucional	50
2.5. Decisões do plenário do stf.....	52
2.6. Irdr e iac	55
3. Eficácia transcendente dos motivos determinantes	59
4. Constitucionalidade e crítica do regime de precedentes obrigatórios.....	62
5. Aplicação, distinção e superação de precedentes	64
6. Eficácia temporal dos precedentes	71
7. Importância dos precedentes do stf em matéria trabalhista	73

Capítulo ii

DIREITO DO TRABALHO	77
1. Visão geral.....	77
1.1. Introdução	77
1.2. Breve enumeração dos principais julgados em matéria trabalhista	79
1.3. A tentativa de remodelação do direito do trabalho pelo supremo tribunal federal	81
1.4. Resgate histórico da importância do direito do trabalho	88

1.5.	Uma defesa do direito do trabalho e da justiça do trabalho.....	95
2.	Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....	99
2.1.	Nexo técnico epidemiológico previdenciário (ntep).....	100
2.2.	Amianto.....	105
2.3.	Constitucionalidade da diferenciação de alíquotas do sat/ gilrat.....	108
2.4.	Súmulas sobre acidente de trabalho.....	110
3.	Adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade.....	113
4.	Aposentadoria.....	119
4.1.	Aposentadoria espontânea e extinção do contrato de trabalho.....	121
4.2.	Servidores e empregados públicos.....	125
4.3.	Aposentadoria por invalidez.....	127
4.4.	Aposentadoria especial e extinção do contrato de trabalho.....	129
5.	Aviso prévio proporcional.....	132
6.	Certidão negativa de débitos trabalhistas (cndt).....	134
7.	Competência legislativa (direito material).....	137
7.1.	Competência privativa da união.....	137
7.2.	Competência concorrente: saúde e meio ambiente.....	141
8.	Contrato intermitente e contrato provisório de trabalho.....	143
8.1.	Contrato intermitente de trabalho (clt, art. 452-A).....	143
8.2.	Contrato provisório de trabalho (lei 9.601/98).....	147
9.	Danos morais.....	151
9.1.	Introdução.....	153
9.2.	Danos morais no direito civil.....	153
9.3.	Tarifação ou limitação da indenização na jurisprudência do stf.....	156
9.4.	Análise da constitucionalidade dos arts. 223-A a 223-g da clt.....	158
10.	Direito ao esquecimento.....	163
11.	Direito do trabalho emergencial.....	167
11.1.	Suspensão de contrato, redução de salário e de jornada de trabalho sem a participação de entidades sindicais.....	167
11.2.	A prevalência genérica dos acordos individuais e a “flexibilização” de direitos fundamentais.....	171
11.3.	A questão da covid-19 como doença ocupacional.....	175
11.4.	Fiscalização do trabalho.....	179
11.5.	Teletrabalho, banco de horas e tempo à disposição.....	182
11.6.	Antecipação de férias e de feriados, e moratória quanto ao fgts. Vedação ao retrocesso.....	184
11.7.	Retroatividade.....	186
11.8.	Vacinação compulsória.....	187
12.	Discriminação.....	188
12.1.	Igualdade e discriminação na perspectiva constitucional-trabalhista.....	190
12.2.	Cotas raciais em concurso público e aplicabilidade na iniciativa privada ...	193

12.3. Tatuagens.....	195
12.4. Nacionalidade	196
12.5. Pessoas idosas e cotas etárias em geral	197
12.6. Pessoa com deficiência e doenças graves.....	199
12.7. Antecedentes criminais	201
12.8. Mulher	204
12.9. Religião	204
12.10. Dispensa discriminatória.....	205
13. Dispensa em massa (dispensa coletiva).....	206
14. Duração do trabalho	209
14.1. Fundamentos e panorama da jurisprudência	210
14.2. A jornada 12 por 36.....	213
14.3. Exceções ao limite da duração do trabalho: art. 62 Da clt.....	218
14.4. Ampliação da jornada de trabalho	220
14.5. Motorista profissional.....	221
14.6. Recreio dos professores.....	225
14.7. Empresas avícolas: aplicação analógica do regime de pausas do art. 72 Da clt	225
15. Eficácia da lei trabalhista no tempo	226
15.1. Precedentes sobre retroatividade em matéria civil	227
15.2. Remuneração de servidores públicos	230
15.3. Direito intertemporal em matéria trabalhista	231
15.4. Retroatividade de medidas emergenciais (covid-19)	235
16. Estabilidade e garantias provisórias de emprego	236
16.1. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.....	239
16.2. Dirigente sindical	244
16.3. Membro da cipa	250
16.4. Gestante	251
15.5. Acidente de trabalho e doença ocupacional. Outras estabilidades.....	254
16.6. Empregado público	256
16. Estado de coisas inconstitucional	256
17.1. Significado do instituto e aplicação pelo stf.....	256
17.2. O estado de coisas inconstitucional em matéria trabalhista	258
18. Férias	264
19. Fundo de garantia das execuções trabalhistas	271
20. Fgts.....	272
20.1. Vedação à tutela antecipada para saque de fgts.....	273
20.2. Prescrição do fgts.....	280
20.3. Correção monetária do fgts	287
20.4. Contribuição social incidente na dispensa sem justa causa	287
21. Fiscalização do trabalho	288

22. Gestão da empresa e participação nos lucros	289
22.1. Participação nos lucros ou resultados	289
22.2. Participação na gestão da empresa	293
23. Gratificação natalina	297
24. Greve.....	299
24.1. Greve: noções fundamentais	300
24.2. Greve abusiva, política e de solidariedade	305
24.3. Greve no serviço público.....	311
24.3.1. Regulamentação aplicável	311
24.3.2. Desconto dos salários	313
24.3.3. Inviabilidade de exercício do direito de greve para certas categorias	317
24.3.4. Medidas para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais e direito de greve	319
25. Irredutibilidade salarial	319
26. Liberdade profissional.....	324
27. Prescrição	333
27.1. Visão geral. Rurícola. Prescrição do fundo de direito. Prescrição intercorrente. Dano ambiental	334
27.2. Prescrição do trabalhador portuário avulso.....	342
28. Presunção de inocência	344
29. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.....	347
29.1. Normas coletivas: noções fundamentais.....	350
29.2. Limites da negociação coletiva e a prevalência do negociado sobre o legislado: tema 1046.....	352
29.2.1. Art. 611-A da clt.....	364
29.2.2. Art. 611-B da clt	367
29.3. Negociação coletiva no setor público	370
29.4. Ultratividade das normas coletivas	374
30. Responsabilidade civil.....	378
30.1. Responsabilidade civil objetiva	379
30.2. Responsabilidade decorrente de dano ambiental	388
30.2.1. Análise da decisão do stf.....	388
30.2.2. Aplicabilidade do precedente no âmbito trabalhista	393
30.2.3. Prescrição intercorrente e dano ambiental.....	396
30.3. Responsabilidade por ato judiciário	398
30.4. Danos morais.....	400
31. Salário-mínimo, proteção ao salário e piso salarial.....	400
31.1. Salário-mínimo: insuficiência, recebimento de salário inferior e fixação por decreto. Servidor público, militares, tempo parcial e presidiário.....	402
31.2. Pisos salariais vinculados ao salário-mínimo e vinculações ao salário-mínimo para outros fins.....	408

31.3. Pisos salariais fixados por leis estaduais	415
31.4. Proteção do salário e mora do congresso nacional.....	416
31.5. Piso nacional da enfermagem.....	417
32. Servidor público	419
32.1. Concurso público	422
32.1.1. Cláusula de barreira	422
32.1.2. Nomeação tardia.....	423
32.1.3. Desnecessidade de concurso: sistemas.....	425
32.1.4. Remarcação de teste físico: gestante	426
32.1.5. Candidato que responde a processo criminal e limite etário.....	426
32.1.6. Direito à nomeação.....	426
32.1.7. Contrato nulo	432
32.1.8. Data para atendimento dos requisitos	434
32.1.9. Escusa de consciência	436
32.2. Contratação temporária	437
32.3. Cumulação de cargos públicos.....	442
32.4. Responsabilidade civil do servidor público.....	444
32.5. Remuneração	446
32.5.1. Incorporação de abonos e aumento de vencimentos: isonomia .	446
32.5.2. Revisão anual de vencimentos	446
32.5.3. Salário-mínimo e equiparação remuneratória.....	449
32.5.4. Teto remuneratório	451
32.6. Cargo em comissão	453
32.7. Regime de pessoal e necessidade de concurso público para empresas estatais.....	455
32.8. Desvio de função	460
32.9. Despedida de empregado público: motivação e estabilidade	461
32.10. Conselhos de fiscalização profissional e oab	466
32.11. Rescisão compulsória do contrato de trabalho do empregado público que atinge 75 anos de idade	469
32.12. Férias.....	470
32.13. Doença grave e admissão	471
32.14. Adicional noturno para militares.....	472
32.15. Horário especial – estudante e pessoa com deficiência	472
32.16. Admissão de servidor condenado criminalmente.....	474
32.17. Transformação de celetistas não concursados em estatutários.....	474
32.18. Vinculação remuneratória de empregados públicos e servidores estatutá- rios.....	476
33. Sindicato e contribuição sindical.....	476
33.1. Histórico do modelo sindical brasileiro	478

33.2. Unicidade sindical e representação por categoria: dissociação, desmembramento e paralelismo simétrico.....	480
33.3. Registro sindical	489
33.4. Contribuição sindical de servidores públicos.....	490
33.5. Fontes de custeio do sindicato e liberdade sindical	491
33.6. Prestação de contas por sindicatos	499
33.7. Sindicato e associação trabalhista ou patronal e cargo de direção em agência reguladora	500
33.8. Desfiliação e liberdade sindical.....	501
33.9. Conclusão: uma proposta para a implantação possível da liberdade sindical no brasil	501
34. Terceirização	505
34.1. Terceirização: noções fundamentais e evolução histórica.....	509
34.2. Crítica à decisão da adpf 324: terceirização de atividade-fim	512
34.3. Amplitude da decisão da adpf 324. Terceirização ilegal no novo cenário jurisprudencial e legislativo: distinguishing.....	518
34.4. Terceirização na administração pública.....	521
34.4.1. A questão da responsabilidade subsidiária	521
34.4.2. Empresas estatais e responsabilidade subsidiária.....	528
34.4.3. Terceirização de serviços públicos por meio de organizações sociais.....	531
34.5. Terceirização de atividades inerentes e cláusula de reserva de plenário	533
34.6. A isonomia entre terceirizados e contratados diretamente pela tomadora de serviços.....	534
34.7. Leis 13.429 E 13.467/2017	537
35. Trabalhador avulso	537
36. Trabalho da mulher, maternidade e paternidade	539
36.1. Considerações gerais.....	541
36.2. Salário-maternidade: limite e custeio.....	542
36.3. Licença adotante.....	544
36.4. Intervalo do art. 384 Da clt	546
36.5. Trabalho insalubre da gestante e da lactante.....	548
36.6. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.....	550
36.7. Prorrogação da licença-maternidade: bebês prematuros e necessidade de internação da mãe ou do neonato	551
36.8. Licença-maternidade e relação homoafetiva	552
36.9. Repouso semanal remunerado das mulheres.....	553
36.10. Licença-paternidade	554
36.11. Shopping center: creche para empregadas em fase de amamentação.....	555
37. Trabalho do menor de idade	555
37.1. Nulidades no direito do trabalho: trabalho proibido.....	556
37.2. Elevação da idade mínima para o trabalho infantil.....	559

37.3. Competência para autorização do trabalho infantil	560
38. Transportador autônomo de cargas.....	560
39. Tratados internacionais.....	566
40. Turno ininterrupto de revezamento.....	568
41. Uberização, pejotização e proteção contra a automação	573
41.1. Aspectos administrativos e concorrenciais	574
41.2. Aspectos trabalhistas da uberização	578
41.3. Pejotização e trabalho autônomo.....	584
41.4. Proteção em face da automação e contra a despedida arbitrária ou sem justa causa	587

Capítulo iii

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	589
1. Ação rescisória.....	589
1.1. Depósito prévio	590
1.2. Tutela provisória em ação rescisória	594
1.3. Ação rescisória contra decisão homologatória de acordo.....	595
1.4. Alteração de jurisprudência após o trânsito em julgado	603
1.5. Declaração de inconstitucionalidade superveniente ao trânsito em julgado.....	605
1.6. Coisa julgada inconstitucional e prazo da ação rescisória	606
1.7. Pronunciamento explícito	610
1.8. Omissão no julgado rescindendo e erro de fato	612
2. Ações coletivas (substituição processual)	614
2.1. Ações coletivas movidas por associações e por sindicatos: aproximações e diferenças.....	615
2.2. Controle de constitucionalidade em ações coletivas	621
2.3. Legitimidade da defensoria pública	623
2.4. Ação popular	625
2.5. Eficácia territorial da sentença	626
2.6. Litisconsórcio entre mpt e empregados atingidos (ação coletiva passiva) .	631
2.7. Legitimidade do mp para liquidação coletiva.....	632
3. Advogado	633
3.1. Punição processual de advogados	634
3.2. Detectores de metais e revista pessoal.....	637
3.3. Adi 1105 e 1127 (estatuto da oab).....	638
3.3.1. Indispensabilidade do advogado	638
3.3.2. Imunidade profissional: injúria, difamação e desacato	638
3.3.3. Inviolabilidade do escritório, de instrumentos de trabalho e de correspondência e comunicações.....	640
3.3.4. Prisão em sala de estado-maior.....	641

3.3.5.	Sustentação oral após voto do relator	642
3.4.	Advogados públicos: honorários advocatícios	642
3.5.	Carreiras policiais e militares e exercício de advocacia	644
3.6.	Honorários advocatícios	646
4.	Amicus curiae	647
4.1.	Noções gerais sobre o instituto	647
4.2.	Interposição de recurso pelo amicus curiae nas ações de controle concentrado de constitucionalidade	650
5.	Arbitragem	652
6.	Coisa julgada.....	658
6.1.	Relativização da coisa julgada.....	659
6.2.	Coisa julgada anterior e contrária ao texto da constituição ou de emenda constitucional.....	662
6.3.	Ação de cumprimento e modificação de sentença normativa.....	665
6.4.	Coisa julgada e relações jurídicas continuativas	666
6.5.	Limites objetivos da coisa julgada.....	671
7.	Coisa julgada inconstitucional (embargos à execução com eficácia rescisória)	672
8.	Comissão de conciliação prévia.....	678
9.	Competência jurisdicional	683
9.1.	Execução de contribuições previdenciárias	686
9.2.	Representante comercial	691
9.3.	Improbidade administrativa	695
9.4.	Servidores públicos.....	698
9.4.1.	Fase pré-contratual	698
9.4.2.	Contratação pela clt e servidores estatutários. Dissídios de greve de servidores celetistas	700
9.4.3.	Ingresso sem concurso público anterior à cf/88	704
9.4.4.	Contratação temporária (cf, art. 37, lx).....	705
9.4.5.	Transposição para o regime estatutário	707
9.4.6.	Dispensa de empregado público. Parcelas de natureza administrativa	709
9.5.	Cobrança de honorários	710
9.6.	Meio ambiente do trabalho, acidente de trabalho e aplicação do direito civil	711
9.7.	Litígios decorrentes do direito de greve.....	713
9.8.	Competência criminal e foro privilegiado	714
9.9.	Conflitos de competência	716
9.10.	Falência e recuperação judicial	718
9.10.1.	Cenário anterior à lei 14.112/2020	718
9.10.2.	Cenário posterior à lei 14.112/2020.....	720
9.11.	Trabalho artístico infanto-juvenil.....	724
9.12.	Complementação de aposentadoria	727

9.13. Contribuição sindical e representação sindical.....	730
10. Competência legislativa	732
11. Conselho nacional de justiça	739
11.1. Criação do cnj.....	741
11.2. Análise da adi 4638 - uniformização das normas sobre processos administrativos disciplinares contra magistrados	743
11.3. Limites à competência do cnj: atos normativos e competência jurisdicional. As chamadas deliberações negativas.....	749
11.4. Competência disciplinar do cnj e controle pelo stf	751
12. Despesas processuais e gratuidade de justiça	755
12.1. Gratuidade de justiça.....	756
12.1.1. Análise econômica do direito (aed) aplicada ao tema da gratuidade de justiça: uma visão crítica	762
12.2. Honorários advocatícios.....	765
12.2.1. Direito autônomo do advogado e coisa julgada.....	765
12.2.2. Vedação à condenação em honorários na lei do fgts.....	767
12.2.3. Honorários advocatícios nas hipóteses de sucumbência recíproca (adi 5766)	768
12.2.4. Honorários advocatícios recursais.....	769
13. Direito probatório	770
13.1. Gravação ambiental	770
14. Dissídio coletivo.....	772
14.1. Mútuo acordo para ajuizamento de dissídio coletivo e legitimidade do mpt.....	772
14.2. Intervenção estatal nos dissídios de greve: a incoerência jurisprudencial.....	776
14.3. Dissídio coletivo e pessoas jurídicas de direito público.....	780
14.4. Limites do poder normativo da justiça do trabalho.....	781
14.5. Coisa julgada e ação de cumprimento.....	783
14.6. Outras decisões sobre dissídios coletivos.....	785
15. Duplo grau de jurisdição	785
16. Execução	788
16.1. Impenhorabilidade de recursos públicos destinados à educação	789
16.2. Penhora do bem de família do fiador	793
16.3. Constrição de verbas públicas em função de créditos titularizados pelo devedor trabalhista.....	794
16.4. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	795
16.5. Medidas atípicas de execução.....	798
16.6. Extinção de execução fiscal de baixo valor	801
16.7. Ausência de responsabilidade solidária entre diretórios de partidos políticos.....	802
16.8. Inclusão de empresa do grupo econômico na execução: tema 1232	803

16.9. Execução invertida	807
17. Falência e recuperação judicial	808
17.1. Sucessão trabalhista na recuperação judicial	810
17.2. Limitação da preferência do crédito trabalhista na falência	815
17.3. Preterição e cessão de crédito de crédito trabalhista	817
18. Fazenda pública em juízo.....	820
18.1. Parcelamento de precatórios e caracterização de preterição no pagamento	826
18.2. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	829
18.3. Direito intertemporal sobre precatórios.....	831
18.4. Execução de parte incontroversa por precatório ou por requisição de pequeno valor: critérios. Prazo para pagamento de rpv	833
18.5. Fracionamento de precatórios: litisconsórcio, ações coletivas, honorários advocatícios e execução individual de sentença coletiva.....	834
18.6. Juros de mora e correção monetária. A modulação temporal do ipca-e feita pelo stf. Precatório complementar	838
18.7. Pagamentos de valores feitos em virtude de procedência de mandado de segurança.....	846
18.8. Empresas estatais: precatórios e custas processuais.....	847
18.9. Conselhos de fiscalização profissional e entidades paraestatais.....	849
18.10. Encampação de serviço público e penhoras anteriormente realizadas	851
18.11. Execução provisória e execução de obrigação de fazer.....	852
18.12. Valor mínimo de precatórios estaduais e municipais	853
18.13. Sequestro de verbas públicas e intervenção federal	855
18.14. Precatórios e vinculação de receitas	859
18.15. Regime especial: ec 62/2009 e compensação de créditos fazendários.....	860
18.16. Constrição de verbas públicas em função de créditos titularizados pelo devedor trabalhista	862
18.17. Prazo para embargos à execução.....	862
18.18. Correção de cálculos de precatórios e natureza da atuação do presidente do tribunal. Expedição de precatórios complementares ou suplementares.....	864
18.19. Precatório superpreferencial e rpv.....	866
18.20. Iniciativa legislativa para definir valor de rpv	866
18.21. Cancelamento de precatórios e rpvs não resgatados.....	867
19. Fundamentação da sentença.....	868
19.1. Fundamentação exauriente	869
19.2. Fundamentação <i>per relationem</i>	871
20. Habeas data	875
21. Imunidade de jurisdição	877
22. Juros de mora e correção monetária.....	882
22.1. A questão da tr e do ipca-e e os juros moratórios	884

22.2. Aplicação imediata de novos critérios de cálculo	893
23. Legitimidade para ações de controle concentrado de constitucionalidade	895
23.1. Visão geral	896
23.2. Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional. A tendência jurisprudencial ampliada da legitimidade	899
24. Magistratura	904
24.1. Exercício da atividade docente por magistrado: limitações	906
24.2. Dever de residir na comarca e necessidade de autorização para ausências	908
24.3. Remoção e promoção de magistrados	910
24.4. Inamovibilidade do juiz substituto	912
24.5. Identidade de remuneração - magistratura estadual e federal	915
24.6. Competência originária do stf	916
24.7. Exercício da advocacia - quarentena	918
24.8. Limite etário para ingresso na magistratura	919
24.9. Independência funcional de magistrados	920
25. Mandado de segurança	921
26. Ministério público do trabalho	928
26.1. Legitimidade para atuação no stf	929
26.2. Legitimidade para ação civil pública	932
26.2.1. Caracterização dos direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos	932
26.2.2. Atuação do ministério público na tutela de direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos	935
26.3. Conflito de atribuições entre órgãos do ministério público	938
26.4. Ação anulatória de normas coletivas	940
26.5. Quinto constitucional	942
26.6. Atuação contra improbidade administrativa	943
26.7. Promotor natural	946
26.8. Prerrogativa de posicionar-se à direita dos magistrados	948
27. Organização da justiça do trabalho	948
27.1. Quinto constitucional e composição dos tribunais trabalhistas	949
27.2. Controle jurisdicional da investidura no cargo de desembargador do trabalho	950
27.3. Formação da lista tríplice para nomeação de magistrados de carreira em tribunais e para a promoção de juízes: critérios	952
27.4. Punição de magistrados: prazo prescricional e competência do tst	955
27.5. Cargos de direção em tribunais	958
27.6. Convocação de juízes e composição de órgão colegiado	963
27.7. Atribuições dos oficiais de justiça	964
28. Prisão civil	965
29. Procedimento sumaríssimo	969

29.1. Citação por edital	969
29.2. Fundamentação do acórdão em recurso ordinário no procedimento sumaríssimo	970
30. Reclamação	970
30.1. Natureza jurídica da reclamação	971
30.2. Reclamação per saltum : reclamação ao stf contra decisões de juízes de primeiro grau e de tribunais regionais do trabalho	973
30.3. Reclamação por inobservância de súmula	977
30.4. Reclamação contra tutela provisória	978
30.5. Desnecessidade de juntada da decisão paradigmática.....	978
31. Recurso de revista	979
31.1. Inadmissibilidade de recurso extraordinário para reanálise dos requisitos de admissibilidade de recurso de revista	979
31.2. Transcendência.....	986
32. Recurso extraordinário e repercussão geral	987
32.1. Depósito recursal no recurso extraordinário	988
32.2. Recurso extraordinário prematuro	990
32.3. Intervenção de terceiro no recurso extraordinário.....	991
32.4. Omissão do acórdão recorrido e prequestionamento	992
32.5. Repercussão geral.....	993
32.5.1. Sobrestamento dos processos.....	993
32.5.2. Impossibilidade de desistência do recurso	994
32.5.3. Inexistência de mecanismo para controle dos tribunais a quo .	995
32.5.4. Decisão do plenário virtual e rediscussão no plenário físico.....	998
33. Suspeição e impedimento	998
33.1. Controle concentrado de constitucionalidade: suspeição e impedimento	999
33.2. Código de processo civil: regra sobre impedimentos de juízes	1001
34. Uniformização de jurisprudência.....	1002
BIBLIOGRAFIA	1007
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1019